

ATA DA 75ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE ORIENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DO SIOPS (CT/SIOPS).

Às 9h30 do dia 06 de agosto de 2013, na sala 479 (sala de reunião do DESID), localizada no Edifício Anexo do Ministério da Saúde, Anexo B, 4º andar, reuniram-se os membros da Câmara Técnica de Orientação e Avaliação do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde – CT/SIOPS (lista de presença anexa), sob a coordenação da Sra. Fabiola Sulpino Vieira, Coordenadora-Geral de Economia da Saúde do Departamento de Economia da Saúde, Investimentos e Desenvolvimento da Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde (CGES/DESID/SE/MS).

Procedeu-se a entrega do material de apoio aos presentes, composto de: a) Pauta da 75ª Reunião da CT/SIOPS; b) Cópia da minuta da Ata da 74ª Reunião da CT/SIOPS; c) Quadro situacional de entrega dos anos de 2000 a 2013 e 1º Bimestre 2013, referente à alimentação do SIOPS pelos estados, Distrito Federal e municípios; d) Trabalho demonstrativo para monitoramento das transferências constitucionais condicionadas e suspensas do SIOPS e o Fluxo de Notificação; e) Documento “Contadores de Benefícios do Sistema de Proteção Social Brasileiro”, do Prof. Elias Jorge, e e) Relatório Situacional do Processo de Certificação Digital.

Com a palavra, a Coordenadora da CT/SIOPS, Sra. Fabiola Vieira, abriu os trabalhos solicitando a apresentação dos participantes. Na sequência, pôs em discussão e aprovação a Ata da 74ª Reunião Ordinária da CT/SIOPS, ocorrida em 04/06/13, previamente enviada aos membros da CT/SIOPS para análise e sugestões. Foi sugerido pelo Dr. Eloi Oliveira, consultor do DESID, que fosse registrado na ata a distribuição do Informativo do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, que trata da atuação da Sra. Doracy C. Ramos, representante do CFC junto a CT/SIOPS. Após aceitação da proposta pelos membros presentes, a Ata foi então aprovada em todos os seus termos.

Ponto de Pauta: Módulo de Condicionamento das Transferências Constitucionais Condicionadas e Suspensas no SIOPS (MMTC/SIOPS)

A Coordenadora da CT/SIOPS inicialmente destacou o andamento do processo de interoperabilidade do SIOPS com o Banco do Brasil, falou dos avanços e debates das reuniões e articulações realizadas. Apresentou detalhadamente as características do módulo. Em seguida solicitou que Alex Paixão, José Eudes e Paulo Malheiro, técnicos da equipe SIOPS, apresentassem as considerações e conflitos entre a LC 141/12, a LRF, o Decreto nº 7.827/12 e outras legislações, bem como as possibilidades de controle, registros e prazos de referência dos depósitos de condicionamento de recursos, que confluem para situações difíceis de serem operacionalizadas no módulo. O Sr. Alex Paixão expressou conflitos existentes na legislação, principalmente em relação aos prazos estipulados para suspensões, condicionamento de recursos e alcance do percentual mínimo. Expressou que um ponto que merece atenção é o prazo estipulado para comprovar a aplicação do montante dos recursos mínimos que deixou de ser aplicado em exercício anterior, 12 (doze) meses a contar do 1º depósito de recursos condicionados; sinalizando a necessidade de ser definido prazo que coincida com o encerramento do exercício, prezando pela obediência às normas de Direito Financeiro. Pontuou, ainda, a situação em que os responsáveis pela alimentação do SIOPS nos entes Federados, ao realizarem os cadastros de perfis de acesso no Módulo de Gestores do SIOPS, não informaram o e-mail para recebimento das notificações automáticas de não transmissão de dados a serem emitidas pelo sistema. Foi sugerido que a relação dos entes Federados que não homologarem seus dados no SIOPS fosse, também, disponibilizada na página do SIOPS, enviada ao CONASS e CONASEMS e, por sugestão do representante do Ministério Público, fosse publicada no Diário

Oficial da União. Arguiu, ainda, a dificuldade de controle e monitoramento dos depósitos de condicionamento de recursos feitos pelos entes Federados e sobre a situação de controle dos Restos a Pagar e dos saldos financeiros no sistema, estes últimos, os quais não tinham um controle detalhado antes da publicação da Lei Complementar nº 141, de 2012. Informou, ainda, que esta última situação tem gerado um grande número de críticas no sistema, demanda de análise de dados e pedidos de retransmissão para a equipe SIOPS ao longo dos anos, passando de ano para ano, uma vez que o SIOPS importa e registra os dados de saldo financeiro e Restos a Pagar do exercício anterior de forma automática, sem possibilidade de edição desses valores no sistema do exercício atual para ajuste e lançamento de informações corretas, induzindo de forma indireta o usuário a introduzir e manter valores errados no próprio sistema. A proposta foi de abrir já no sistema do 6º bimestre de 2013 ou anterior a possibilidade dos entes realizarem a correção manual dos saldos e Restos a Pagar de 2013 no sistema, de forma a alinhar os dados do sistema com os novos procedimentos da LC nº 141, de 2012 a partir de 2014, sendo que em 2015 o sistema já faria o procedimento de importação de dados automaticamente. Outra situação importante relatada foi sobre a informação existente no Manual da STN, que indica como referência a “Despesa Empenhada” para o cálculo do percentual mínimo em saúde em todos os bimestres, o que gera em determinados casos percentual acima de 100%, já no 1º Bimestre, indicando distorções. O acertado com a STN é que no 6º Bimestre o cálculo será efetuado com a “Despesa Empenhada”, e nos demais bimestres com a “Despesa Liquidada”, sendo que o 1º bimestre de 2013 permanece usando como cálculo a Despesa Empenhada para os municípios, já que haviam dados de municípios transmitidos e homologados.

Na sequência, os presentes passaram a informar situações relevantes ao ponto. Com a palavra, o Prof. Elias Jorge expressou que despesas com inativos não podem ser consideradas como despesas com saúde, nem para o cálculo do mínimo. O Sr. Paulo Malheiro informou que a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) está com uma Portaria pronta para publicação, a qual irá regulamentar os prazos do Serviço Auxiliar (CAUC), indicando 30/01 como a data para suspensão das transferências voluntárias dos entes que não enviarem e/ou não atingirem o percentual mínimo. O Sr. José Eudes relatou sobre a possível situação das decisões dos Tribunais de Contas (TC) serem prestadas no período do último quadrimestre do ano ou, até mesmo, em relação a exercícios anteriores, quando não há mais tempo hábil para a execução de condicionamento de recursos dentro do exercício de referência.

A coordenadora da CT acrescentou a dificuldade do controle e do cumprimento das recomendações legais relativa a decisões de condicionamento emitidas pelos TC nos últimos 4 meses do ano, quando do não cumprimento do percentual, o que inviabiliza a execução do ente condicionado dentro do exercício. Acrescentou que, está ocorrendo um movimento para revisão e correção, além de Projetos de Lei em tramitação e discussão no Congresso Nacional, que sugerem alterações e inclusões na LC 141/12 e no Decreto 7.827/12 e que, o MS/DESID/CGES/SIOPS poderá aproveitar essa situação para sugerir os ajustes que julgar necessários: revisão, correção e simplificação de alguns artigos, visando tornar possível a operacionalização pelo MMTC/SIOPS. Informou, ainda, que há discussão no Senado Federal sobre a possibilidade de postergar por mais ano a aplicação efetiva da medida preliminar de condicionamento das transferências constitucionais, prevista no art. 26 da LC nº 141/12. Por fim, solicitou que os membros da CT/SIOPS analisassem o documento entregue que demonstra um espelho de como será feito o monitoramento das transferências constitucionais condicionadas e suspensas no SIOPS; destacou as características das “entradas”, detalhes dos condicionamentos, planilha de monitoramento e movimentação de “créditos” e “débitos” dos valores, além de toda a dificuldade de definição das regras de negócio, e da execução em mais de um exercício e da complexidade do respectivo módulo. O assunto foi debatido pelos participantes: Luciene Lira, técnica da equipe SIOPS, Carla Tardivo, consultora técnica do DESID, Valdick Bonfim, representante da ATRICON, Elói Oliveira, consultor técnico do DESID, Peterson Pereira,

representante do MPU, Paulo Malheiro, técnico da equipe SIOPS, Prof. Elias Jorge, consultor do DESID e pela coordenadora da CT/SIOPS.

A Coordenadora da CT/SIOPS informou também que possivelmente não serão cumpridos os prazos para disponibilização no SIOPS de todos os Módulos que estão em desenvolvimento e finalização, até janeiro de 2014, diante das dificuldades operacionais enfrentadas.

Ficaram como encaminhamentos: que a notificação automática emitida pelo sistema aos responsáveis pelos entes Federados, quando da verificação da não transmissão de dados, se dará também por meio de publicação de relação no Diário Oficial da União, além da notificação por e-mail e disponibilização da relação dos entes que não homologarem seus dados ao CONASS, CONASEMS e no site do SIOPS; bem como que seja realizado movimento para atualização cadastral das informações dos usuários e das informações complementares; além da parceria do CONASS, CONASEMS e Conselhos de Saúde para divulgarem a necessidade de inserção dos dados não informados no cadastro do Módulo de Gestores; que haverá indicação de representantes da SPO/MS, do CONASS, do CONASEMS, do DATASUS, do MPU, da STN e da ATRICON para ampliar o Grupo de Trabalho do MMT/CT/SIOPS com o objetivo de redigir documento contendo exposição de motivos para operacionalização do Módulo, além de acompanhamento dos Projetos de Lei e os Projetos de Revisão da LC 141/12 e do Decreto 7.827/12; que o sistema do 6º bimestre de 2013 ou anterior possibilite aos entes realizarem a correção manual dos saldos financeiros e Restos a Pagar de 2013 no próprio sistema de referência, de forma a alinhar os dados declarados no sistema com os novos procedimentos da LC 141/2012, sendo que, para o ano de 2015, o sistema volte a fazer o procedimento de importação de dados automaticamente, não permitindo a edição de saldos e Restos a Pagar de exercícios anteriores.

Ponto de Pauta: Fluxo de Notificação – Com a palavra, o Sr. Paulo Malheiro, técnico da equipe SIOPS, apresentou a Minuta do Fluxo de Notificação que descreve as possibilidades de transmissão e/ou retransmissão, situações de entradas pelo TC, Ações Judiciais, condicionamentos, suspensões, depósitos, caminhos e eventos do processo. Destacou a situação da não transmissão dos dados aos SIOPS, considerada a mais complicada. A Notificação será emitida automaticamente pelo sistema, conforme prazos definidos para os condicionamentos e suspensões, e será enviada aos responsáveis pelo ente Federado cadastrados no SIOPS. O encaminhamento foi de fechar o documento com todos os controles, desenvolver a codificação e definição de todas as variáveis para o sistema, e a colocação do texto da Notificação em “Consulta Pública”, por um determinado período, para os membros da CT/SIOPS, visando sua aprovação final.

Ponto de Pauta: Nova Contabilidade Pública – A coordenadora passou a palavra para Edna Coelho, da equipe SIOPS, que deu informe sobre a reunião com a Sra. Cláudia Magalhães, da STN, no dia 10/07/13, onde foram tratadas questões relativas ao sistema SICONFI e a Matriz de Saldos Contábeis. Informou que a intenção da STN é de apresentar o RREO no SICONFI, para todos os entes, no padrão XBRL, via Webservice. A ideia é de que o SIOPS e o SIOPE possam receber em 2014, dados dos entes que implantaram ou não o novo Plano de Contas; ou, quem sabe, receberem os dados do SICONFI. Em relação às receitas e despesas com saúde, haverá alterações. A questão é que as contas no SICONFI possuem uma codificação a mais, contendo a fonte e a sub-função, e as do SIOPS não possuem essas informações, tendo sido então sugeridas alterações necessárias de compatibilização do SIOPS ao SICONFI.

Na sequência, o Prof. Elias Jorge expressou que o sistema SIOPS é quem deve fornecer os dados e informações ao SICONFI, jamais o contrário deve acontecer. A Sra. Luciene Lira informou

que foi essa a posição da equipe técnica do SIOPS na reunião com a STN. A Coordenadora da CT/SIOPS informou que a STN indicou padronização da Matriz de Saldos Contábeis a nível nacional. Como encaminhamento ficou definido que fosse formalizado convite para que a equipe da STN fizesse apresentação do tema Nova Contabilidade e SICONFI na próxima reunião da CT/SIOPS, para que a CT/SIOPS possa analisar e avaliar os prazos previstos e as possibilidades de compatibilização.

Ponto de Pauta: Situação de entrega dos estados e municípios – a Coordenadora, analisou juntamente com os membros da CT/SIOPS a planilha entregue na reunião. Em relação aos municípios chegou-se ao percentual de entrega de 89,5%, do período anual 2012, representando 4.979 municípios que efetuaram a alimentação do sistema, restando 584 municípios que não alimentaram o SIOPS. O Prof. Elias Jorge fez uma breve análise das pendências desde o ano de 2001 até 2011. Em relação ao primeiro bimestre de 2013, foi considerada baixa a transmissão, com somente 458 municípios na base, sendo que estes já completaram o processo de certificação digital. Em relação aos estados, para o período 2012 anual, havia indicação de que, até 05/08, 26 estados já haviam transmitido, pendência apenas em relação ao Estado de Alagoas que não havia transmitido 2011 e 2012, devendo ter problemas quanto à transmissão do SIOPS bimensal 2013. Foi lembrado aos membros da CT/SIOPS que a situação de Alagoas é devido a desconsiderar 2% adicional do Fundo de Erradicação da Pobreza na base SIOPS, tendo uma decisão do Supremo Tribunal Federal específica em relação ao CAUC, sem referência ao MS.

Ponto de Pauta: Informes gerais

- a) **Consulta CONJUR/MS das demandas dos Estados de AL, BA e RJ** – A Coordenadora da CT/SIOPS informou que as demandas dos Estados de AL, BA e RJ foram encaminhadas para CONJUR/MS, que após análise submeterá a situação à AGU para providências. Na visão do DESID/CGES/SIOPS a Lei de Alagoas é inconstitucional.
- b) **Andamento do Processo de Certificação Digital** – A Sra. Luciene Lira explicou que o baixo percentual de envio do SIOPS 2013 1º bimestre é devido, principalmente, ao processo de implantação da Certificação Digital. Informou que apenas 5 estados e 720 municípios já concluíram todo o processo de Certificação Digital, ou seja, atingiram a fase de indicação e comunicação do usuário responsável pelo envio dos dados ao SIOPS. A média diária de municípios que finalizam o processo é de 21,6, considerada baixa, uma vez que faltam 5 meses para o termino do ano. Foi apresentado Relatório Situacional da Certificação Digital dos municípios até 05/08/2013, detalhado por estado, indicando as pendências de entrega e os que já concluíram o processo. Informou ainda que está sendo estruturada uma ação integrada, tipo mutirão, com os NEASIOPS, COSEMS, CONASS, CONASEMS e outros parceiros para agilizar o processo de Certificação Digital. O Sr. Luiz Veiga, representante do DATASUS/RJ, informou que quando o gestor da saúde homologar os dados, a assinatura digital constará também no Recibo de Transmissão.
- c) **Sistema Bimestral** – Com a palavra, o Sr. Luiz Veiga informou que os sistemas do 1º e do 2º bimestres de estados e de municípios estariam disponíveis nas próximas semana. Pediu a palavra, o Sr. Fernando Eliotério, para informar que se desligou da COFIN/CNS e que solicitou a indicação de substituto. Em seguida, apresentou o Sr. Jurandir Ferreira,

conselheiro do Conselho Estadual de Saúde do Estado de Minas Gerais, integrante do Conselho Nacional de Saúde, que expressou que o Estado de Minas, informa dados ao SIOPS 2012 diferentes dos dados informados ao CNS, sendo então questionáveis. Informou ainda, que o estado apresentou ao conselho a “Carta emitida pelo SIOPS ao Conselho de Saúde” onde indica que cumpriu os 12 %, mas que o Tribunal de Contas de MG (TC) analisou os dados e indicou o alcance de percentual de 10,58% (abaixo do percentual mínimo de 12%) e que no RREO informa dados também diferentes.

A Coordenadora da CT/SIOPS lembrou que os dados do SIOPS são declaratórios, sendo de responsabilidade dos entes. Informou ainda, que a equipe do SIOPS não faz auditoria, que o Sistema realiza o cálculo e emite o percentual na Carta, ou seja, o SIOPS demonstra o percentual de acordo com o dado declarado pelo ente Federado. Acrescentou que o tribunal de contas é que o órgão responsável por analisar os dados e o alcance do percentual mínimo.

A CT/SIOPS considera que os dados deverem ser uniformes e iguais nos diferentes instrumentos, não devendo ocorrer divergências como relatado pelo Conselheiro Jurandir. A coordenadora da CT/SIOPS fez a leitura da “Carta ao Conselho do SIOPS” e após a leitura, o encaminhamento foi de que possíveis ajustes e alterações seriam realizados no texto, de maneira a ficar mais claro o papel do SIOPS, como registro dos dados declarados pelos próprios entes Federados; a responsabilidade dos entes declarantes e dos TC, que são os certificadores do alcance do percentual mínimo;

d) Reforma Tributária e Beneficiômetro; Proposta de 10% da receita corrente bruta para a Saúde e dos 10% do PIB para a Educação; Constituição de Grupo de Trabalho para debater os temas - O Prof. Elias Jorge perguntou se todos estavam com cópia do documento: “Contadores de Benefícios do Sistema de Proteção Social Brasileiro”, de sua autoria, e fez um breve relato do documento, que contém a Metodologia para o Contador dos Benefícios da Saúde Pública, os diversos indicadores básicos de benefícios, as planilhas básicas de registro e a conclusão provisória. As planilhas de I a V, A e B, são anexas ao documento, e detalham situações próprias ou indicam dados acumulados de mais de um beneficiômetro. Informou as características e relações entre os diferentes beneficiômetros da saúde, educação, trabalho, previdência e assistência social. Indicou que é alto o percentual de municípios onde os recursos recebidos dos benefícios são maiores que os recursos recebidos do FPM. Expressou também sobre artigo do Jornal do Senado, de ontem, que informa PL citando 10% da receita corrente bruta para a saúde, e que esse percentual não vai resolver a situação de financiamento da saúde;

e) Eventos - Realização do XXIV Nacional dos Núcleos Estaduais de Apoio ao SIOPS, no período de 02 a 04/07/13 em Brasília (DF); Participação no XXIX Congresso Nacional de Secretarias Municipais de Saúde e X Congresso Brasileiro de Saúde, Cultura de Paz e Não-Violência, nos dias 08 e 09/07/13 em Brasília (DF); Participação na Oficina de Atualização para Técnicos dos Municípios da Microrregião de Seabra (BA), no dia 16/07/13 em Seabra (BA); Participação no III Seminário Estadual de Apoio ao SIOPS, no período de 15 a 19/07/13 em Maragogi e Maceió (AL); e Participação na Oficina Prestação de Contas: SIOPS e SARGUS no Congresso das Secretarias Municipais de Saúde do Rio Grande do Sul 2013 e 25º Seminário de Municipalização da Saúde, nos dias 22 a 24/07/13 em Porto Alegre (RS) - A Sra. Luciene Lira fez um breve resumo de todos os eventos, focando as dificuldades informadas pelos participantes, principalmente sobre a Certificação

Digital e a homologação, pelo secretário de saúde, dos dados bimestrais no sistema SIOPS.

✓ **Encerramento.**

A coordenadora deu por encerrada a 75ª Reunião Ordinária da CT/SIOPS às 12h50, agradecendo a presença de todos e confirmando a realização da 76ª Reunião Ordinária, prevista para ocorrer no dia 01 de outubro, às 9h, na sala de reuniões do DESID.